

ESPAÇO E ESTRUTURA PRODUTIVA ALAGOANA: A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL E AS MUDANÇAS EM SUA CENTRALIDADE URBANA (1933-1988)

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Resumo: O referido artigo tem como objetivo identificar as transformações da economia e da organização socioespacial de Alagoas, em especial com o recorte sob as mudanças da centralidade urbana alagoana de 1933 a 1988. Para tanto, o trabalho utiliza do método histórico-estrutural aplicado à análise regional. Com base nas análises realizadas, podemos concluir que a especialização produtiva no açúcar e no álcool a partir de 1933 com a criação do IAA, concomitantemente com o declínio do setor têxtil, provocou a verticalização da hierarquia urbana alagoana ao longo do século XX, reflexo material e espacial dessa especialização por conta do baixo dinamismo da divisão social de trabalho e das poucas forças capitalistas de produção presente em Alagoas a partir de então. Esses movimentos de especialização produtiva e verticalização da centralidade urbana foram aprofundados pelo avanço extensivo da produção canavieira aos tabuleiros costeiros do sul e pelos investimentos industriais alocados quase que somente em Maceió a partir de 1967.

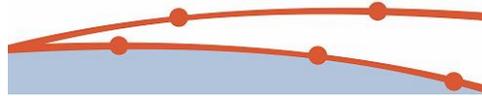
Palavras-chave: Centralidade urbana; Organização socioespacial; Alagoas.

Abstract: The article aims to identify the changes in the economy and socio-spatial organization of Alagoas, especially with the use of urban center changes from 1933 to 1988. Based on the analyzes carried out, we can conclude that a productive specialization has no sugar and no alcohol since 1933 with the creation of the IAA, concomitantly with the decline of the textile industry, provoking a verticalisation of the urban hierarchy of Alagoas throughout the 20th century, material reflex and spatial relationship of this specialization due to the low dynamism of the social division of labor and the forces of production capitalists present in Alagoas since then. The production of specialization of the central and urbanized was planted to extensive advance of the canavieira production to coastal boards of the south and their industrial allocated that that not only in Maceió from 1967.

Key-words: Urban centrality; Socio-spatial organization; Alagoas.

I. Introdução

Ponto de partida deste trabalho é o alinhamento metodológico daquilo que ficou conhecido como as contribuições marxistas (BREITBACH, 1986). Isto é, ao compreender o espaço como produto da construção social, o espaço tomado como a “segunda natureza”, constituído e organizado de acordo com as necessidades básicas de reprodução e circulação do capital em determinada etapa histórica, temos que as transformações e mudanças na forma de organização do espaço são frutos dos interesses econômico-produtivos dos homens em cada ciclo de acumulação.



À vista disso, este artigo procura tratar as modificações da organização socioespacial alagoana, em especial acerca da centralidade alagoana (1933-1988). Ao abordar a temática de centralidade, temos ter alguns cuidados de conceituação, pois é uma categoria que, a priori, pode ser mal interpretada e confundida com abordagem baseada em princípios da *teoria da localização do espaço* de enfoque liberal, o que se procura rechaçar já nesta introdução. Para evitar tais confusões metodológicas acerca da base de referência analítica, há de se qualificar que a aplicação dessa categoria tal qual tratada neste trabalho permite demonstrar que as cidades não estão isoladas nem condenadas a se desenvolverem confinadas a si (PORTO, 2016). O conceito de centralidade trabalhado neste estudo pode ser definido de acordo com estudo do IPEA: "centralidade: mostra a intensidade e a dimensão com que determinado centro urbano estrutura, no contexto da rede de cidades, uma área de influência, através da abrangência regional do fluxo de bens e serviços originário nesse centro urbano" (IPEA, 2002, p. 49)

Quanto a proposta de elaborar uma periodização específica para Alagoas, tomamos o cuidado de não analisar o estado o isoladamente, mas sim ao contrário, compreender a particularidade alagoana baseando-se no movimento mais geral da economia nacional e internacional. Assim, ao propor a periodização para Alagoas não estamos nos afastando dos marcos propostos pela literatura da economia brasileira baseada no método histórico-estrutural¹, na verdade procuramos um diálogo direto com a periodização adotada, para, a partir da escala nacional, apontarmos para especificidades próprias do estado. Busca-se, assim, através da visão de *transescalaridade* (BRANDÃO, 2007), identificar a interlocução entre a parte e o todo. Propomos, portanto, uma periodização específica, mas não autônoma de Alagoas.

Destarte, o objetivo geral do trabalho é, portanto, identificar as transformações da economia e da organização socioespacial de Alagoas, em especial de sua centralidade urbana de 1933 a 1988. A hipótese levantada é que a mudança da hierarquia urbana alagoana decorre historicamente dos diferentes tipos de ocupação e de uso da terra (rural e urbana) e de mudanças no padrão de produção.

Para embasar o trabalho, utilizou-se o método histórico estrutural aplicado à análise regional, por meio de pesquisa qualitativa, através de revisão bibliográfica, e pesquisa quantitativa com uso de estatística descritiva utilizando algumas fontes de dados secundários e informações disponíveis nos censos demográficos, agropecuários, industriais,

¹ Ver Cano (2008); Mello (2006); Furtado (2006).



enciclopédia dos municípios, todos do IBGE, e dados de outras instituições como a SUDENE, IPEA, Governo do Estado de Alagoas, entre outros.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução: A segunda trata da formação territorial e urbana de Alagoas, apontando um esboço do que seriam as cidades que exerciam certo tipo de centralidade no período tratado. A terceira seção é periodizada de 1933 a 1967, quando foi iniciado à predominância na cana-de-açúcar nos campos agrícolas e na estrutura produtiva local, com rebatimento sobre a incipiente verticalização da hierarquia urbana alagoana. A quarta seção trata do período de 1967 a 1990, quando houve a consolidação da centralidade urbana em Maceió e em parte em Arapiraca. A última seção apresenta as conclusões finais.

II. A formação territorial alagoana (século XVI- 1933).

São três os núcleos iniciais de povoamento em Alagoas: Porto Calvo (1590); Alagoas do Sul (1591) e Penedo (1560). O motivo da colonização, criação e ocupação desses núcleos iniciais foi a produção do açúcar, embora Penedo tivesse sua ocupação inicial justificada por fins militares (ALTAVILA, 1988). Apesar de vital como fonte primária de ocupação do espaço, não havia somente a cana-de-açúcar no território alagoano. O estado era provido de boa condição pastoril. O gado se deslocava e fomentava o povoamento pelo interior, principalmente o sertão. Assim, até o século XVII, a organização socioespacial alagoana era baseada no entorno do binômio: cana-pecuária (CARVALHO, 2015).

Em 1706, Alagoas deixava de ser tão somente a “parte sul da Capitania de Pernambuco” para se tornar uma Comarca. Como Comarca, a primeira capital oficial foi a vila de Alagoas dos Sul, que passou a concentrar o aparelho administrativo, burocrático, jurídico e militar. Alagoas do Sul distinguia-se pela exportação do açúcar via o porto dos franceses e pela função administrativa do governo, enquanto Penedo destacava-se pelo seu porto, centro importador (inclusive de escravos) e exportador para várias cidades de Alagoas, Sergipe e Bahia. Porto Calvo, por sua vez, diferentemente dos dois outros centros de caráter mais mercantil, continuava atrelado à atividade canvieira e ao comércio com Recife, por ser mais próxima da sede da Capitania de Pernambuco (ALTAVILA, 1988). Em 1776, as vilas com maiores povoadamentos e com maior número de “equipamentos urbanos” são evidenciadas pela **tabela 1**.

**Tabela 1- Comarca de Alagoas: População e equipamentos urbanos (1776).**

Freguesias	População	Igreja/Capela	Engenhos	Atividade econômica	Casas
Porto Calvo	5.823	1/16	16	Canaveieira	1.051
Penedo	5.626	03/10	7	Mercantil	1.661
Alagoas do Sul	4.899	01/06	10	Administrativa/Mercantil/Canaveieira	1.569
Camaragibe	4.120	01/12	11	Canaveieira	1.177
São Miguel dos Campos	3.749	01/06	9	Canaveieira	1.307
Outras*	12.769	07/24	18	-	2.227
Total	36.986	14/73	71		8.992

Fonte: Elaboração própria a partir de Carvalho (2015).

Nota*: As "outras" são equivalentes a 5 freguesias de 12 do total.

Constata-se na tabela a importância da cultura canaveieira na formação territorial e organização socioespacial alagoana. Embora a população estivesse fragmentada pelas vilas, territorialmente a população encontrava-se concentrada nas freguesias ligadas à produção canaveieira. Assim, argumenta-se não sob o prisma da primazia urbana na era colonial, o que não faria sentido teórico-metodológico, mas das principais vilas que se destacavam como sedes comerciais, financeiras e administrativas em Alagoas.

Em 1817 a Comarca alagoana emancipou-se de Pernambuco e em 1839 houve a mudança da capital de Alagoas do Sul para Maceió, em razão do desenvolvimento mercantil, principalmente após a abertura dos portos em 1808 quando os ingleses escolheram o porto de Jaraguá para sediar seus negócios. Além dos ingleses, a proibição do comércio no porto dos franceses (de Alagoas do Sul) e a vinda para Maceió em 1818 do primeiro governador da Província, Francisco de Melo e Póvoas, neto do marquês de Pombal, foram fatores cruciais à rápida ascensão econômica e demográfica² de Maceió. Enquanto isso, Alagoas do Sul estagnava junto com a antiga era colonial (LINDOSO, 2005).

Somente na segunda metade do século XVIII³ é que o algodão seria acrescentado ao binômio originário, especialmente a partir da segunda metade do século XIX⁴ por sua valorização comercial. O algodão organizou uma forma diferente de povoamento. O desenvolvimento da indústria têxtil promovia a divisão social do trabalho pelo assalariamento da mão de obra, incorporação do trabalhador à cidade, estimulava a

²Entre 1817 e 1825 houve um aumento na ordem de 82% dos moradores em Maceió (CARVALHO, 2015).

³O algodão passou a ser fortemente demandado, pois com o advento da revolução industrial e a independência dos Estados Unidos em 1776, que levou a suspensão comercial dos norte-americanos pelos ingleses, houve grande valorização comercial da cultura e aumento da demanda aos produtores nordestinos e alagoanos.

⁴O crescimento explosivo foi decorrente da Guerra da Secessão Norte-Americana (1861- 1865).



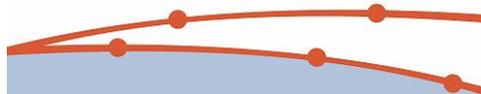
monetização da economia local e assim a propagação da renda na cidade, evidenciado com o crescimento de uma rede de serviços e comércios, o que fomentava importantes encadeamentos industriais “para frente”. Além disto, a maior parte do algodão era produzido em fazendas de pequeno e médio porte, consorciado também com outras culturas. A cotonicultura atraía também a infraestrutura de transportes para escoamento e viabilidade da produção, o que aumentava, inclusive, o poder de influência, a *hinterlândia* de algumas dessas cidades algodoeiras sobre as vizinhas. Para Andrade (1963), a cotonicultura tinha impacto maior no crescimento e na urbanização das cidades que estavam no entorno de sua produção do que àquelas que se situavam no entorno da produção açucareira. O algodão era uma grande força de empuxo para a urbanização.

Enquanto a cotonicultura promovia o crescimento das cidades, o açúcar, a seu turno, aumentava sua produção extensivamente, principalmente pela construção das primeiras usinas já no final do século XIX, inibindo o desenvolvimento comercial e urbano no entorno da produção canavieira pelas características de sua cadeia produtiva pouco dinamizadora, de fracos estímulos “para frente” e no baixo estímulo da divisão social do trabalho, devido à concentração de terras e da renda nas mãos de poucos usineiros, baixo nível da poupança e contração monetária, pouco estímulo ao progresso técnico, fraco incentivo ao desenvolvimento de comércio e serviços urbanos, entre outros elementos que não promoviam o processo de urbanização e o crescimento das cidades.

Com a construção das ferrovias⁵ e estradas de rodagem⁶, que levou ao aumento do fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e informações pelos municípios por essas estradas servidas, houve a ascensão de novas cidades exercendo maior poder de centralidade em Alagoas. Concomitantemente, os municípios cujas vias não perpassavam por seu perímetro

⁵ As estradas de ferro de longo percurso foram construídas de 1884, que partia de Maceió até Imperatriz (União dos Palmares). Depois foram construídos dois ramais, um para Santa Luzia do Norte e outro para Assembleia (atual Viçosa), em 1885. Tempos depois, essa mesma estrada foi prolongada para Quebrangulo e daí até Palmeira dos Índios, onde chegaria até Porto Real do Colégio, nas margens do rio São Francisco, em 1911 (DIÉGUES JR., 2012).

⁶ As primeiras estradas de rodagem foram construídas somente em 1914, por meio de uma ação individual do industrial têxtil Delmiro Gouveia, que ligava Água Branca a Vitória (atual Quebrangulo), percurso de cerca de 250 quilômetros que servia aos municípios de Água Branca, Paulo Afonso (atual Mata Grande), Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Vitória. Essa estrada era a rota comercial do algodão. Em 1920 era construída a estrada de rodagem do norte, que ligava Maceió a Camaragibe, durante o governo de Fernandes Lima (1918-1921). Esse governador destacou-se por construir mais de 400 quilômetros de estradas de rodagem, que ligavam a sede dos municípios da zona da mata à capital. Foi só no governo de Álvaro Paes (1928-1930) que começou a primeira estrada de rodagem de penetração da zona da mata ao interior, de Atalaia à Palmeira dos Índios (SANT’ANNA, 1970).



acabaram com entrar em declínio, especialmente Porto Calvo e Penedo. A implementação das estradas, portanto, colaborava para a alteração comercial de Alagoas e, conseqüentemente, para novas hierarquias urbanas que emergiam no início do século XX, inclusive em favor de Maceió, pelo aumento da carga de produtos recebidos no porto de Jaraguá (DIEGUES JR., 1949). Esse novo movimento pode ser visto na **tabela 2**.

Tabela 2.- Alagoas: 10 maiores cidades de Alagoas em 1922.

Município	População	Concentração (%)	Atividade Predominante
Maceió	74.166	8%	Mercantil/Administrativa
Atalaia	64.035	7%	Canaveira
União	56.394	6%	Têxtil
Viçosa	57.790	6%	Têxtil
Anadia	51.150	5%	Têxtil
S. José da Lage	47.729	5%	Têxtil
Muricy	38.458	4%	Canaveira
Palmeira dos Índios	39.271	4%	Têxtil/Pecuária
Sant'Anna do Ipanema	40.234	4%	Têxtil/Pecuária
Victoria (Quebrangulo)	34.317	3%	Têxtil
Colônia Leopoldina	24.945	3%	Canaveira
Demais cidades*	452.259	46%	
Total	980.748	100%	

Fonte: Elaboração própria a partir do Arquivo Público de Alagoas (1923).

Nota: * Essas demais cidades eram 24, de 34 cidades no total.

De acordo com a tabela acima, territorialmente havia forte dispersão populacional entre os centros urbanos, visto que as 10 maiores cidades alagoanas concentravam menos da metade da população total (46%), enquanto o restante (54%) se dispersava entre as demais 24 cidades. Havia a incipiente constituição de uma embrionária e desconcentrada rede urbana, com maior distribuição pelo território de cidades bem servidas de equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos para atender sua população, ou seja, a centralidade urbana se mostrava de maneira horizontalizada, onde as pessoas não necessitavam percorrer grandes distâncias para suprir algumas necessidades de consumo, de ordem burocrática ou de serviços públicos e pessoais, pois havia uma vasta gama de cidades espalhas do sertão a zona-da-mata onde elas poderiam ser atendidas.

III. A especialização produtiva e o início da verticalização da hierarquia urbana: 1933 a 1967

Esta seção procura investigar as mudanças da hierarquia urbana e, por conseguinte do padrão de organização socioespacial alagoana de 1933 a 1967, período que abarca



algumas das principais transformações econômicas do Brasil no século XX, notoriamente a industrialização e sua fase da “industrialização restrita”⁷, a modernização agrícola e a intensificação da migração do êxodo rural, além de mudanças setoriais com grande impacto para a economia alagoana. Em termos materiais, tais mudanças na escala nacional, regional e estadual expressaram-se na concentração da rede urbana e centralização da hierarquia urbana alagoana.

Em processo de urbanização já nas primeiras décadas do século XX, tal qual acontecia com o Brasil, Alagoas creditava esse movimento, principalmente, à expansão da cotonicultura. Entretanto, com o decreto nº 22.789 de 1933 foi criado o (IAA)⁸, cujas medidas implicaram no âmbito na especialização produtiva estadual no açúcar e no álcool. O Estado, por meio do IAA, exercia forte influência sobre o mercado canavieiro, fixava preços, monopolizava as compras, regulamentava o transporte, o manuseio e a armazenagem do açúcar; em verdade, praticamente eliminava o risco de se produzir cana de açúcar no Brasil (SZMERECSÁNY, 1979).

Um fator geopolítico também beneficiou o setor com grande aumento da demanda. Em 1959 eclodiu a revolução cubana e com ela a remoção dos produtores de açúcar deste país do mercado preferencial norte-americano, cedendo espaço especialmente aos nordestinos, que tinham o mercado externo protegido da concorrência inter-regional conforme constava no IAA. Em Alagoas, o principal componente para suprir a expansão da demanda – aliado a todo o aparato financeiro, produtivo e tecnológico, por meio dos incentivos, subsídios e investimentos do IAA- foi à incorporação dos tabuleiros costeiros do sul⁹, em meados dos anos 1960, para produção da monocultura-latifundiária canavieira.

Enquanto o setor canavieiro passava por um período de forte bonança, o setor têxtil alagoano entrou em profunda letargia, notadamente a partir da segunda metade do século

⁷ Tal fase da industrialização, segundo Mello (2006), ocorreu entre 1930 a 1955, cuja dinâmica de acumulação mostrava-se de forte dependência com o setor exportador e se-baseava na expansão industrial, cujas bases técnicas e financeiras eram ainda insuficientes para implantar o núcleo fundamental da indústria de bens de produção (MELLO, 2006).

⁸ Algumas das ações do IAA foram: i) controle regionalizado da produção de açúcar por meio de cotas de produção para cada estado e unidade produtiva; ii) programas de equalização de custos entre os estados produtores; iii) reserva do mercado consumidor interno e externo; iv) regulação dos conflitos entre usineiros e senhores de engenho (baguezeiros); v) administração dos preços para o açúcar e álcool; e vi) estímulos à produção de álcool (RAMOS, 1983);(CARVALHO, 2008).

⁹ Os tabuleiros costeiros constituem uma unidade geoambiental que compreende uma faixa que acompanha todo o litoral brasileiro, desde o Rio de Janeiro até o Amapá e se caracteriza predominantemente por áreas de relevo plano a ondulado com altitude média de 50-100m. Em geral, os solos são pobres, profundos, de baixa fertilidade e possuem pouca capacidade de armazenamento de água (EMBRAPA, 2015).



XX. Ao longo da década de 1920 e 1930, dado a crise de superacumulação do café e a queda do preço internacional pelo *crash* de 1929, muitos cafeicultores paulistas migraram para a indústria têxtil e nela encontraram possibilidade de superação da crise e alternativa de utilização da terra para outra cultura. Para entrarem nesse segmento, os grupos do Sudeste buscaram alguns instrumentos para enfrentar e minar a concorrência da indústria têxtil nordestina, considerados grandes concorrentes por serem históricos produtores do algodão e possuir algumas barreiras à entrada de produção. Dentro desses instrumentos se destacou o bloqueio a importação de máquinas têxteis, cujo objetivo oficial era evitar uma superprodução do algodão, mas mostrava outra face ao verificar que os produtores do Sudeste já haviam se preparado para tal restrição e importado várias máquinas e equipamentos¹⁰ antes do decreto¹¹ entrar em vigor. Assim, enquanto durasse o bloqueio os produtores do Sudeste estariam tecnologicamente acima dos concorrentes nordestinos, tornando-se e tornados obsoletos (STEIN, 1979); (SALDANHA e LESSA, 2011).

Já a pecuária, tríade da formação socioterritorial alagoana, em meados da segunda metade do século XX, passou a introduzir algumas inovações científico-produtivas que permitiram o aumento da produtividade e a produção em larga escala. Nesse período, foi criada a bacia leiteira, de modo que a pecuária foi se especializando na bovinocultura de corte e de leite, concentrado territorialmente no sertão do estado. Essa expansão da produção pecuária calcada na bacia leiteira contou com incentivos, subsídios e investimentos estatais não somente atrelados à sua própria cadeia produtiva do setor, mas também à área de transportes e aos setores elétrico e hídrico¹². A modernização no setor lácteo promoveu certo grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, com o crescimento do comércio, serviços e até o surgimento de atividades financeiras. O

¹⁰ Entre 1922 a 1927, um pouco antes de vigorar o bloqueio (1931), ingressou no país um volume de máquinas têxteis – medido pelo seu peso- quase três vezes maior do que nos sete anos anteriores, direcionados principalmente para os produtores do Sudeste (STEIN, 1979).

¹¹ O decreto de bloqueio seguiu a deliberação da Associação das Indústrias Têxteis (AIT) de 1928. Essa associação era composta majoritariamente por fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, conforme alerta Saldanha e Lessa (2011).

¹² Na parte hídrica, os municípios da bacia leiteira chegaram a contar, durante a década de 1960, com abastecimento de 369 açudes, 269 barreiras, um sistema adutor alimentado pelo Rio São Francisco e a oferta de água foi estimada em 16.000m³ ao dia, distribuída em 120,5 quilômetros. Ademais, investimentos em geração de energia elétrica, na hidrelétrica da CHESF e na Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL) suprimiram os municípios desse polo. Os municípios beneficiaram-se, também, de investimentos rodoviários, o que integrou o agreste, o sertão e a zona da mata, principalmente pela BR-26 (hoje BR 316), e dinamizou as relações econômicas e o comércio entre as cidades. Particularmente para os municípios da bacia leiteira, isso significou o aumento do escoamento de sua produção para Maceió (VASCONCELOS, 2017).

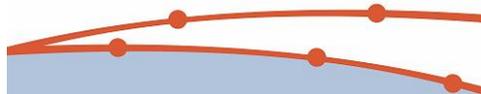


crescimento não representava uma dinâmica econômica pujante e inovadora, mas foi relevante para a economia e para as cidades sertanejas (VASCONCELOS, 2017).

O saldo geral dessas mudanças dos principais setores da economia alagoana- ao tempo em que os investimentos da SUDENE ainda não tinham grande impacto na economia alagoana até 1967, como veremos no próximo tópico- se expressa pela especialização da estrutura produtiva em açúcar e álcool. Segundo os dados dos censos industriais do IBGE de 1950, o peso do segmento de bens de consumo não duráveis (BCND) equivalia a 91,7% do VTI industrial alagoano, ao qual o setor têxtil detinha 45,0% e os produtos alimentares (onde se incluiu a cana-de-açúcar) 42,7% do VTI. Em 1970, houve a modificação quanto ao peso dos setores que compunham o segmento dos BCND, que continuava praticamente hegemônico no VTI alagoano (86,5%), agora com forte queda do setor têxtil, equivalente a 15,7%, e expressivo aumento percentual dos produtos alimentares, com 63,1% do VTI. Um estado com parco desenvolvimento industrial, do progresso técnico e das relações capitalistas de produção.

Uma das consequências na organização socioespacial dessa especialização produtiva no açúcar e no álcool foi a redução no ritmo de urbanização após a criação do IAA em 1933. Segundo os censos demográficos, apesar de ter um padrão majoritariamente rural, tal qual o Nordeste (77%) e o Brasil (69%), Alagoas era em 1940 o terceiro estado mais urbanizado do NE, igualado com a Bahia (24%). Em 1970, entretanto, esse quadro se invertia, a maior parte da população brasileira já era urbana (56%), o NE diminuía a diferença entre a população do campo e da cidade (42%), enquanto Alagoas, apesar de também diminuir essa discrepância (40% da população urbana), saía do terceiro mais urbanizado em 1940 para se tornar o terceiro estado menos urbanizado do Nordeste, atrás do Maranhão (25% da população urbana) e do Piauí (32%). Contudo, entre 1940 e 1970, esses dois estados, junto com o Rio Grande do Norte, eram também os de maior velocidade do processo de urbanização, respectivamente 306%, 333% e 348% de aumento da população urbana nesse período. Já Alagoas era o segundo mais lento, com variação de 176% da população urbana, atrás apenas de Sergipe (150%).

Essa lenta urbanização foi acompanhada pelo processo de concentração da rede urbana e verticalidade da centralidade urbana alagoana, como visto pela **tabela 3**, em que demonstra a evolução populacional relativa com ascendente concentração em Maceió e Arapiraca, enquanto todas as outras cidades perdem participação, ou seja, um indicador da



verticalização da hierarquia urbana alagoana pela concentração do fluxo de pessoas, bens e serviços (públicos, privados e pessoais) e informações, apenas nas duas maiores cidades.

Tabela 3-Alagoas: Evolução da distribuição populacional e o número absoluto da população

Cidades	1940	1950	1960	1970
Maceió	10%	11%	13%	17%
Arapiraca	3%	3%	5%	6%
Palmeira dos Índios	5%	6%	4%	4%
Atalaia	4%	3%	3%	3%
Santana do Ipanema	6%	6%	3%	2%
Demais cidades*	73%	74%	72%	68%
Estado	951.300	1.093.137	1.256.159	1.588.068

Fonte: Ipeadata (2010). Elaboração própria.

Nota: "*" representa de 28 cidades no total de 33 em 1940; já em 1950 são 32 no total de 70; em 1960 são 64 de 69 e em 1970 representa 89 de 94 cidades.

Além da nítida expansão em Maceió, nesse período fruto da crise do setor têxtil e do êxodo rural em direção a capital pela anexação de terras dos tabuleiros costeiros do sul, como se percebe pelo forte aumento da concentração justamente entre 1960 e 1970, o crescimento arapiraquense chama atenção em razão da valorização comercial e do aumento da produção do fumo¹³, o que produzia expressivos resultados para a economia e sociedade local, em especial pela atração de empresas exportadoras (nacionais e internacionais), a fim de realizarem o beneficiamento, a comercialização e exportação do fumo¹⁴. Com isso, o setor de comércio e serviços cresceu fortemente para atender às demandas emergentes da expansão urbana do município¹⁵. Importante frisar que, apesar da forte expansão de terra destinada à produção do fumo, ao contrário da cana-de-açúcar, isso

¹³ Entre 1933 e 1970, variação absoluta da produção de Alagoas foi de 907% (média anual de 6,4%) e crescimento de 762% de área colhida (6,0% a. a.).

¹⁴ Com o crescimento da cultura agrícola houve um surto de imigração de empresas para cidade. A empresa espanhola Exportadora Guarrido foi a primeira delas, instalada em 1950. Nos anos seguintes, viriam a C. Pimentel, empresa portuguesa, em 1951; a brasileira Almerino Portugal em 1952; a belga Ernest Bercovitz em 1953; a brasileira Fraga & Sobel em 1954; a brasileira Cia Souza Cruz e a também brasileira Overback em 1956; a brasileira Gerdi em 1958; a francesa Mangeroux em 1958; e a brasileira Ermor em 1968. Várias outras empresas brasileiras e estrangeiras, exportadoras e comercializadoras do fumo, continuariam a se instalar em Arapiraca nos anos posteriores (OLIVEIRA, 2005).

¹⁵ Várias empresas surgiram e instalaram-se na cidade, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, bem como as casas de saúde e hospitais, comércio de adubos e fertilizantes, supermercados, agências bancárias, como o Banco do Brasil, cinemas, imobiliárias, bancos, postos de gasolinas, concessionária de automóveis (Ford, Chevrolet, Fiat, Volkswagen, Mitsubishi), faculdades, serviços agropecuários e indústrias de bebidas (Coringa e Coca-Cola), lojas varejistas, atacadistas e de eletrodomésticos etc. (OLIVEIRA, 2005). Além dessas empresas, a partir de 1970, adentraram no comércio da cidade empresas relacionadas com o beneficiamento do fumo em corda para comercialização nacional, como a Extra Forte, a Super Bom, o Fumo do Bom e a Rei do Nordeste (SANTOS, 2014).



não significou a instauração de um *plantation* monocultor latifundiário, pois o fumo permitia o compartilhamento do solo com outras culturas agrícolas e realizou-se, em sua maior parte, a produção por pequenos e médios proprietários (NARDI, 1996).

Em 1960 a cidade tornou-se a principal *hinterlândia* do interior. Arapiraca teve nos transportes aliado-chave para seu crescimento econômico, escoamento e suporte à produção do fumo. A construção da ferrovia em Arapiraca foi finalizada em 1951. Além desta, foi construído também as rodovias federais, como a BR-316 em 1956, que interligava Arapiraca a Maceió e a Palmeiras dos Índios. Posteriormente, inauguraram-se rodovias estaduais (AL-110, AL-115 e AL-220), que conectavam Arapiraca com as cidades do agreste, sertão e zona da mata alagoana. Arapiraca era o novo “nó rodoviário”: cidade do entroncamento e meio de irradiação dos principais caminhos alagoanos do interior (CORRÊA, 1994).

Palmeira dos Índios, antigo entreposto comercial do estado e principal *hinterlândia* do interior de Alagoas, assistia a sua centralidade definir, principalmente pela construção do eixo de transportes em Arapiraca. Esse processo destituía-a da posição de principal cidade do interior que ocupou até a construção da BR 316, que, apesar de passar pelo seu território, aproximava mais o comércio e o escoamento de mercadorias, informações, pessoas e serviços de Arapiraca do que da cidade. A crise do setor têxtil foi também importante fator de deterioração para o município. Em verdade, as cidades ligadas ao setor têxtil, como União dos Palmares e Viçosa, além dela mesmo, perdiam cada vez mais sua importância em termos de concentração de pessoas, centralidade urbana e dinâmica econômica.

IV. A expansão do setor químico, o fortalecimento do segmento sucroalcooleiro e a organização socioespacial alagoana (1967-1988)

No plano nacional, o padrão de acumulação baseado na articulação mercantil, característica predominante da fase restringida da industrialização (1930-1956), modificou-se a partir do Plano de Metas¹⁶ (1956-1960), quando se ampliou o parque industrial, a capacidade produtiva e houve a diversificação da pauta exportadora. Essas mudanças

¹⁶ O Plano de Metas foi importante programa de industrialização e modernização levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek, na forma de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais que daria continuidade ao processo de substituição de importações. O plano contou com o apoio de setores da sociedade, incluindo os militares, os empresários e sindicatos trabalhistas.



ensejaram importante salto tecnológico e a interligação produtiva entre as regiões. Inaugurava-se o período de “industrialização pesada”¹⁷ e da articulação produtiva. Esse conjunto de iniciativas contou com forte ação, coordenação e planejamento por parte do Estado (MELLO, 2006); (CANO, 2008).

Reflexo em Alagoas desse período de industrialização pesada e vultuosos investimentos foi a implementação da SALGEMA em 1967- o que justifica nossa periodização- e posteriormente a formação do Polo Cloro químico Alagoano (PCA)¹⁸, visto os investimentos da SUDENE, que passaram a ter um peso maior para o estado e mais diversificado entre outras atividades produtivas (principalmente o setor químico) que não somente o setor canavieiro a partir de 1967, e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁹. Assim, era iniciado o período de aumento da produção industrial e crescimento da economia alagoana²⁰, alavancado pelo setor químico e o avanço extensivo em terra do setor agroindustrial sucroalcooleiro pelos investimentos do IAA e do Proálcool²¹.

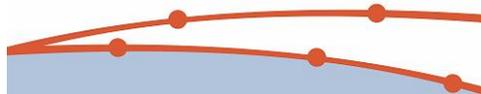
¹⁷ Para Mello (2006), industrialização pesada é quando o Brasil entra na segunda fase da revolução industrial, isto é, a dinâmica econômica brasileira passa a ser comandada pelos setores mais produtivos e dinâmicos (bens de consumo durável, intermediários e de capital), que requeriam maior grau de tecnologia empregada, vultuosos investimentos financeiros e mão de obra qualificada.

¹⁸ O PCA é um conjunto de empresas do setor químico de 1ª (matérias-primas) e 2ª geração (insumos industriais) voltado para a integração e complementariedade do setor químico nacional. A principal empresa desse polo era a própria SALGEMA, empresa de 1ª geração que produzia o cloro. Mas além dela, o PCA era composto também por outras três empresas (ALCLOR, CPC e a CINAL) diretamente integradas à produção química e uma série de outras empresas que auxiliavam a produção. No total o PCA possuía 75 fornecedores de serviços permanentes além de vários outros temporário (LUSTOSA, 1997).

¹⁹ O II PND (1975-1979) tinha difíceis objetivos, como superar a crise econômica nacional, o subdesenvolvimento e a dependência externa brasileira por meio da alteração da estrutura produtiva com o processo de industrialização movido pela grande empresa estatal (LESSA, 1998).

²⁰ Esse período de exceção de crescimento da indústria e economia alagoana (1967-1988) é demonstrado pelos dados do IPEA, ao qual de 1960 a 1990 houve um crescimento de 6,7% ao ano do PIB alagoano, pouco acima do crescimento nordestino (6,5%) e brasileiro (5,1%).

²¹ Proálcool (1975-1979) foi um programa do governo federal de estímulo à produção de etanol como principal componente da matriz energética da frota automobilística. Alagoas, durante o período do programa, beneficiou-se de 7% do total de projetos aprovados para o país, atrás apenas de São Paulo (42,5%) e Minas Gerais (10,5%), e recebeu 8,1% do total de recursos destinados pelo programa, novamente atrás de São Paulo (36,0%) e Minas Gerais (10,3%) (SHIKIDA e BACHA, 1999). Os projetos e investimentos provenientes do programa transferiram recursos públicos de cerca de 700 milhões de dólares para o setor sucroalcooleiro no estado. A produção de álcool, até então inexpressiva, tornou-se a segunda maior do país e a primeira da região Nordeste, já em 1978. Ademais, propiciou-se a construção de 20 destilarias anexas e 9 autônomas em período de 8 anos (LIMA, 2006).



Na **tabela 4** encontra-se o panorama geral das mudanças da estrutura produtiva alagoana, de 1950 a 1985²². Chama atenção tanto à expressiva queda do setor têxtil a partir de 1950, como a alteração da composição econômica alagoana, sobretudo pós-1980, com o crescimento do segmento de bens intermediários, notadamente pela expansão do setor químico. A despeito do segmento de produtos alimentares ter perdido participação relativa, durante todo o período ele teve crescimento absoluto e foi fortemente beneficiado por programas do governo (IAA e o Proálcool). Houve também crescente participação do setor de bens de capital, porém ainda bastante reduzida, atrelada especialmente ao segmento mecânico, em meio à mecanização da produção sucroalcooleira e ao crescimento da indústria química.

Tabela 4-Alagoas: Participação Relativa da Indústria referente ao Valor de Transformação Industrial (VTI) e Salário (em %)

Anos	1950		1960		1970		1980		1985	
	S*	VTI*	S	VTI	S	VTI	S	VTI	S	VTI
Gêneros										
Indústria extrativa	0,3	0,3	0,1	0,1	0,6	1,4	0,4	0,7	0,2	0,6
.Extração de minerais	0,3	0,3	0,1	0,1	0,6	1,4	0,4	0,7	0,2	0,6
Indústria de transformação	99,7	99,7	100	99,9	99,4	98,6	99,6	99,3	99,8	99,4
Bens de Consumo Não-Duráveis	91,9	91,7	92	91,1	85,6	86,5	66,1	58,5	65,7	45,7
.Mobiliário	1,2	1	2,2	2,1	0,9	1,1	1,5	1	1,4	0,5
.Têxtil	61	45	43	30,9	18,4	15,7	6,8	6,1	3,2	5,1
.Produtos alimentares	27,7	42,7	43	54,5	59,2	63,1	49,1	43,4	53,6	33,8
.Fumo	0,1	0,1	0,3	0,4	0	0	2,9	3,5	3,8	4,3
.Outros	2,3	3,2	3,4	3,4	7,1	6,6	5,8	4,5	3,6	2
Bens Intermediários	7,3	7,6	7,3	8,7	12,6	11,4	28,2	37,2	29,7	49,9
.Mineral não metálico	3	2,9	4,2	4	4,4	3,5	7,3	10,1	5,3	5,2
.Couros e peles e produtos similares	3,2	0,2	0,4	0,4	0	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1
.Química	0	3,8	0,5	1,9	1	4,5	17	22	20,3	42
.Metalurgia	0,4	0,1	0,4	0,6	6,1	2,6	1,6	2,2	2,6	2
.Outros	1	0,7	2	1,7	1	0,8	2,1	2,5	1,4	0,6
Bens de Consumo Duráveis/Capital	0,4	0,2	0,3	0,1	1,2	0,7	5,4	3,7	4,5	3,9
.Mecânica	0	0,2	0	0	1	0,5	4,1	2,8	3,9	3,5
.Outros	0	0	0,2	0,1	0,1	0,2	1,3	1	0,5	0,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Censo industrial. Elaboração própria.

Nota*: S= Salário; VTI= Valor de Transformação Industrial.

O que se percebe é o forte aumento da indústria, que, entretanto, reflete uma exceção que não explica a regra. As mudanças verificadas foram conjunturais e não estruturais, em momento excepcional de crescimento da indústria nacionalmente. Para Alagoas o aumento da indústria não deve ser confundido com um processo de

²² A tabela não avança até o ano de 1990 pela restrição da estatística industrial disponível, sendo 1985 o último ano do censo industrial. Os dados industriais só foram novamente mensurados, em 1996, pela pesquisa industrial anual (PIA).



industrialização. O crescimento do setor químico dependia dos recursos estatais e, quando estes se escassearam nos anos 90, o setor encolheu e perdeu participação na estrutura produtiva, assim como o setor de bens intermediários.

Reflexo espacial dessas mudanças na estrutura produtiva foi à aceleração do ritmo de urbanização, acentuação da concentração da rede urbana e da verticalização da hierarquia urbana. Enquanto no período de 1940 a 1970 a urbanização alagoana teve um ritmo menos intenso do que as demais cidades nordestinas, como vimos no tópico anterior, entre 1970 e 1990 a população urbana em Alagoas cresceu 4,1%(a.a) ante a taxa de 3,8% para o Nordeste e de 3,7% para o Brasil, visto a construção da SALGEMA em 1967 e a atração de emprego e serviços industriais-urbanos em Maceió e a intensificação do êxodo rural pelo aumento da concentração de terras, como podemos observar na **tabela 5**, devido a anexação dos tabuleiros costeiros do sul e dos programas e fundos do IAA e do Proálcool para a produção sucroalcooleira

Tabela 5- Alagoas: Área e estabelecimento rural.

Área	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)				Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)			
	1970	1980	1985	1995	1970	1980	1985	1995
Menos de 10 há	51,2%	50,4%	52,8%	49,4%	3,1%	2,5%	2,7%	2,2%
10 a menos de 100 há	39,3%	39,1%	37,2%	39,4%	20,4%	17,7%	18,6%	17,7%
Menos de 100 há	90,5%	89,4%	90,1%	88,9%	23,5%	20,1%	21,2%	20,0%
100 a menos de 1.000 há	8,4%	9,5%	8,9%	9,7%	37,0%	34,8%	35,1%	34,9%
1.000 ha e mais	0,7%	0,9%	0,9%	1,0%	39,5%	45,1%	43,7%	45,1%

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário (vários anos). Elaboração própria.

A tabela indica que a grosso modo era muita gente pra pouca terra e muita terra pra pouca gente. Os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais eram apenas 1%, mas ocupavam 45,1% da área, quase metade do Estado, enquanto os estabelecimentos com 10 hectares ou menos eram 49,4% mas ocupavam tão somente 2,2% da área.

Com o acirramento da concentração de terras voltadas para a monocultura-latifundiária canvieira e a indústria química concentrada em Maceió, o resultado não poderia ser outro que não o agravamento da concentração da rede urbana e da verticalização da centralidade alagoana em poucos municípios. A capital passou a sofrer com a “urbanização acelerada”, com grande diferença em comparação às outras cidades, como se nota na **tabela 6**. Vale a ressalva que Alagoas se tornou majoritariamente urbana



apenas na década de 90, 20 anos depois do Brasil e 10 anos depois do Nordeste, portanto um processo tardio dessa urbanização.

Tabela 6- Alagoas: As cinco maiores cidades alagoanas segundo a participação da população (em %).

Municípios	1970	1980	1991
Maceió	16,6%	20,1%	25,0%
Arapiraca	5,9%	6,9%	6,6%
Palmeira dos Índios	3,9%	3,4%	3,1%
União dos Palmares	3,2%	2,7%	2,3%
Rio Largo	2,4%	2,2%	2,1%
Demais cidades*	68,0%	64,8%	60,9%

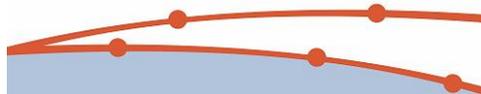
Fonte: Ipeadata/IBGE. Elaboração própria.

Nota*: Em 1970 eram 92 municípios, assim como em 1980. Em 1991 eram 98 municípios.

Conforme a tabela acima, a urbanização estava concentrada em Maceió e Arapiraca, quando as duas cidades dispunham de 31,6% de toda a população em 1991. O crescimento de Arapiraca repousava na difusão dos serviços, comércio e a atração de pessoas e mercadorias inerentes ao desenvolvimento da divisão social do trabalho alicerçado no fumo, mas não mais atrelado somente a ele. Já o crescimento de Maceió não refletia intensa atividade econômica ou nível de industrialização pujante, mas sim a pobreza generalizada por todo o estado, com a procura da capital pela população interiorana em busca por condições mínimas de sobrevivência, afim da procura por rendimento monetário e trabalho. A concentração em Maceió é resultado da: i) intensificação do êxodo rural pelo crescimento extensivo das usinas; ii) profunda letargia do setor têxtil, que não manifestava somente a falência de um segmento econômico, mas, sobretudo, o fim do item central para o dinamismo de um conjunto de cidades do agreste e sertão, isto é, o algodão era elemento crucial para a capilaridade territorial que se desenvolvia até então no interior alagoano; iii) atração dos imigrantes pela construção e desenvolvimento da SALGEMA e do PCA²³- que apesar de se constituir como um enclave econômico, como alerta Lustosa (1997)- estimulava o emprego, comércio, serviços e atividades urbanas ligadas à indústria.

Nos dados do REGIC de 1966, 1978 e 1993, identifica-se outro indicador do baixo nível de desenvolvimento hierarquia urbana alagoana. Além de Maceió e Arapiraca, apenas

²³ Na década de 1970, segundo os dados do censo demográfico do IBGE, as maiores partes dos imigrantes alagoanos em Maceió tinham origem urbana (74%), em 1980 esse número foi de 52% e em 1990 de 58%, ou seja, não sendo exclusivamente vítimas da “fome” por terra dos usineiros, o que demonstra a necessidade de relativizar a proposição do êxodo rural como única causa de imigração dos moradores alagoanos para Maceió alagoana e adicionar a instalação da SALGEMA e do PCA como indutor de crescimento urbano e atração de imigrantes, o que contribuiu para a concentração populacional em Maceió.



outras sete cidades, no total de 98 municípios, tinham algum poder de influência sobre as cidades circunvizinhas, ainda que de forma muito frágil, de acordo com o REGIC de 1993. Ademais, podemos perceber ao longo dos anos que o número de cidades vai diminuindo na REGIC, ou seja, cada vez mais um número menor de municípios são os responsáveis por ofertar mercadorias e serviços básicos demandados pela população alagoana. Isto é, a grande maioria dos municípios alagoanos, por seu baixo dinamismo econômico, não conseguem desenvolver o comércio, escolas, hospitais, serviços da administração pública e pessoais, nem ofertar empregos e atividades econômicas urbanas para atender sua própria população, entre outros elementos, o que a faz percorrer cada vez maiores distancias e procurar cidades maiores para suprir as necessidades básicas de reprodução da vida, ou imigrar de vez em busca de melhores condições de vida.

Tabela 7- Alagoas: Centralidade urbana Alagoana.

Municípios	1966	1978	1993
ACP de Maceió	Centro regional A	Centro Submetropolitano	Forte
Arapiraca	Centro sub-regional A	Capital Regional	Forte para médio
Palmeira dos Índios	Centro sub-regional A	Centro Sub-Regional	Médio
Penedo	Centro sub-regional B	Centro de Zona	Médio
Santana do Ipanema	Centro sub-regional B	Centro Sub-Regional	Médio
Porto Calvo	--	Centro de Zona	Médio para fraco
União dos Palmares	Centro local B	Centro de Zona	Médio para fraco
Viçosa	Centro local B	Centro de Zona	Médio para fraco
São Miguel dos Campos	Centro local B	Centro de Zona	Fraco
Capela	---	Centro de Zona	
Batalha	Centro local B	Centro de Zona	
Delmiro Gouveia	Centro local B	Centro de Zona	
Maribondo	Centro local B	Centro de Zona	
Olho d'Água das Flores	Centro local B	Centro de Zona	

Fonte: IBGE/REGIC (vários anos). Elaboração própria.

No quadro de influência municipal do REGIC, percebe-se que, não obstante ser o estado eminentemente produtor de cana-de-açúcar, nenhuma cidade, salvo São Miguel dos Campos, tinha atividade econômica predominante atrelada ao setor sucroalcooleiro. Os municípios cujo crescimento esteve historicamente baseado ou em pequenas e médias propriedades, ou na formação de mercado de trabalho assalariado, ou nas atividades comerciais, ou até mesmo naquelas que serviam de “caminho das boiadas”, desenvolveram minimamente suas atividades econômicas, isto é, maior disponibilidade de serviços, de uma cesta de consumo, de mercadorias, de comércio, maior circulação de pessoas e de



conhecimento técnico-informacional, ou seja, um mínimo desenvolvimento da divisão social do trabalho e maior poder de centralidade na hierarquia urbana no estado. A rede urbana definhava cada vez mais e a hierarquia urbana tornava-se cada vez mais centralizada na capital e em parte em Arapiraca à medida que a cana-de-açúcar se expandia pelo território e pelos concentrados investimentos industriais da SALGEMA e do PCA em Maceió.

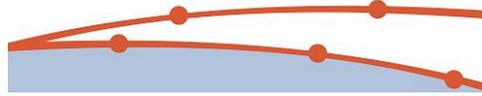
V. Conclusão

O presente artigo evidenciou que cada alteração nas principais atividades econômicas (cana-de-açúcar, algodão, fumo, pecuária e química) materializou-se de diferentes formas na organização do espaço alagoano. Nesse estudo procurou-se mostrar tais alterações produtivas sobre o prisma da modificação na hierarquia urbana ao longo do século XX.

Desse modo, a maior participação do algodão na economia alagoana traduzia-se em maior dinamismo das forças capitalistas de produção, ao favorecer a incorporação do trabalhador à cidade, menor concentração fundiária, maior massa salarial urbana, impulso para o comércio e serviços, entre outros fomentadores da divisão social do trabalho e, assim, maior desconcentração da rede urbana e horizontalidade da hierarquia urbana alagoana, com um bom número de cidades do agreste, sertão e da zona-da-mata exercendo poder de influência e ofertando elementos básicos para a população, sem a necessidade desta de realizar grandes deslocamentos territoriais a fim de realizar suas demandas básicas de reprodução da vida.

Em contraposição, após a criação do IAA em 1933, o predomínio da cultura canavieira resultou na especialização produtiva em açúcar e álcool e, por conseguinte na concentração de terras e de renda, na parca remuneração da força de trabalho, fraca monetarização e baixo grau de poupança interna e assim pouco dinamismo do comércio, serviços urbanos e de propagação da renda, lento ritmo de desenvolvimento da divisão social do trabalho, baixo nível do progresso técnico e das forças capitalistas de produção. Tais elementos manifestaram-se, especialmente, na concentração da rede urbana e verticalização da hierarquia urbana, basicamente restrita a Maceió e Arapiraca.

Entre 1967 e 1988 modificou-se a estrutura econômica alagoana, com aumento conjuntural da participação do setor químico, o que durou até o início da década de 90. Especialmente, a indústria química, apesar de ser um “enclave econômico” para Alagoas, significou uma aceleração no seu ritmo de urbanização por sua cadeia produtiva “para



frente” e incorporação do trabalhador à cidade, o que não se alterou foi a concentração da rede urbana e da hierarquia urbana, com contínuo aumento absoluto e relativo - e caótico- de Maceió, visto que era na capital onde se concentrava as oportunidades de emprego e sobrevivência, pela crise do setor têxtil, pela concentração de terras e das atividades e serviços industriais e urbanas. Houve também o contínuo aumento de Arapiraca. As demais cidades desfaleciam e perdiam o seu dinamismo econômico e, por conseguinte, o movimento comercial e a capacidade de ofertar produtos e serviços para a população, assim, diminuía seu poder de centralidade local.

Em suma, nova ou velha, ascendente ou obsoleta, as cidades que passaram a exercer – ou ceder – papel de centralidade na configuração urbana nada mais são do que o reflexo material de emergentes determinações históricas e produtivas, no caso alagoano, resultado da especialização produtiva em açúcar e álcool, com o período de exceção de crescimento industrial pelo setor químico, mas cuja expansão não alterou o sentido e a forma da organização socioespacial alagoana em voga desde 1933, se não o contrário, reforçou o padrão de verticalização da centralidade urbana e de concentração da rede urbana.

Por fim, este estudo encerra-se em 1988, ao final de uma década caracterizada pela estagnação da economia brasileira, queda dos investimentos públicos e industriais, maturação de projetos originados no II PND e na SUDENE e pelos processos de abertura comercial, desregulamentação setorial e reestruturação produtiva. Especificamente, preferimos encerrar em 1988 por ser o ano do “acordo dos usineiros”²⁴, ao qual apenas reforçou as consequências para a década subsequente o processo iniciado já em 1933, isto é, o reforço a especialização produtiva da cana-de-açúcar, ou “ultra-especialização produtiva” como nomeia Carvalho (2008); concentração da rede urbana e centralidade urbana pouco desenvolvida, alastramento da pauperização sobre o estado e o menor grau

²⁴ Esse acordo, formalmente denominado “Termos de Transação do Indébito da Cana Própria”, sancionado pelo então governador Fernando Collor (1987-1989), originou-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucionais alguns dispositivos da Lei Estadual Nº4.418/82, que autorizava a cobrança de ICMS sobre a cana própria das usinas. Apesar de a decisão extinguir a cobrança do encargo, não determinou a devolução do ICMS recolhido até então. Contudo, aproveitando-se da decisão, algumas usinas entraram com pedido de devolução do ICMS recolhido nos últimos cinco anos, logo negado pelo STF. Apesar dessa decisão da Corte Máxima, o governador Fernando Collor já entrara em acordo com os usineiros para ressarcir-los, antes mesmo de qualquer decisão judicial. Essas transações envolveram cerca de US\$ 120 milhões, desviados dos cofres públicos para o setor sucroalcooleiro. Pelo acordo, os usineiros não apenas ficariam isentos de pagá-lo, como também seriam restituídos, o que minava ainda mais as formas de financiamento do Estado e gessava quaisquer políticas de investimento público (LIMA, 2006); (LIRA, 1997).



de desenvolvimento das forças capitalistas de produção, de incorporação do progresso técnico e da divisão social do trabalho.

Bibliografia

ARAÚJO, Tânia Bacelar. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências**. pag 17-25. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

ALTAVILA Jaime de. **Historia da civilização das Alagoas**. 8. ed. Maceió: Edufal, 1988.

ANDRADE, Manuel Côrrea de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana. In: **Geografia, espaço e memória**. pag 93-117. São Paulo: Terra Livre-AGB, Nº10, 1994.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas, SP:Unicamp, 2007

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudos sobre o conceito de região**. Porto Alegre: FEE. Nº13- Agosto, 1988.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005**. 3 ed. São Paulo:Unesp, 2008.

CARVALHO, Cícero Péricles de. Setor Sucroalcooleiro de Alagoas: A Ultra-especialização produtiva como estratégia competitiva. In: **Revista Economia & Desenvolvimento** Vol.6 n.2. pag 259-286. 2008

_____. **Formação histórica de Alagoas** . Maceió. 4ª ed. Maceió: Edufal, 2015.

CORRÁGIO, José Luis. **Territorio em transición: crítica a la planificación em América Latina**. 2ª ed.. Quito: Ciudad, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: A importância dos meios de transporte na sua evolução. In: **Geografia, espaço e memória**. São Paulo: Terra Livre, Nº10. pag 93-116,1994.

COSTA, Craveiro. **Alagoas em 1931: inqueritos economicos, financeiros, politicos e sociais**. Maceió: Imp. Oficial, 1932

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool/Serviço de Documentação, 1949.

EMBRAPA. Análise da Evolução da Canavicultura nos Tabuleiros Costeiros de Alagoas e Decomposição do Valor Bruto da Produção (VBP) nos Efeitos Área Produtividade e Preços, por meio do Modelo Shift-Share. **Boletim de Pesquisa e desenvolvimento**. Aracajú/SE. Dezembro, 2015.



FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 33 ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006.

IPEA. Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil (**Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**). Vol 1. Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília/DF, 2002.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento: 1974-1976**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LIMA, Araken Alves. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. IE/UNICAMP. Campinas/SP, 2006. (tese de doutorado em desenvolvimento econômico).

LIMA JÚNIOR, Felix. **Maceió de Outroa**. Vol 1. Pensar Alagoas Coleção. Ed: Imprensa oficial Graciliano Ramos. Maceió/AL, 2014.

LINDOSO, Dirceu. **A interpretação da Província: Estudo da Cultura Alagoana**. 3ª Edição. Maceió/AL. Ed: Edufal, 2005.

LIRA, Fernando José de. **Formação da pobreza e riqueza de Alagoas**. Maceió/AL: Edufal, 2007.

LOPES, Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes. **Estrutura econômica e organização socioespacial em Alagoas no século XX**. IE/UNICAMP. 203 f. Campinas, 2018. (dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico).

_____. **A formação e transformação da rede urbana alagoana no século XX**. Anais do IV SEDRES- Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Palmas/TO, 2018.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **O Polo Cloroquímico de Alagoas**. Série Apontamentos. Maceió: Edufal, 1997.

MACEDO, Fernando Cezar de. **Histórica Econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia/GO: América, 2013.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Operários em movimento – documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)**. Maceió: EDUFAL, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Contribuição á revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia), 2006.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. Ed: Brasiliense, 1996.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Dantas de. **Crescimento e Estagnação do Cooperativismo Agrícola na Região Fumageira de Arapiraca**. PRODEMA/UFAL, Arapiraca. 215 f. 2005 (dissertação de mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).



PALACIOS, Juan Jose Lara. El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales. **Revista Interamericana de Planificación**, México: Sociedad Interamericana de Planificación, N°66, pag.56-68, 1983.

PORTO, Leonardo Rodrigues. **Urbanização e dinâmica econômica na rede urbana do estado da Bahia (1940-2010): o caso de Vitória da Conquista-BA**. IE/UNICAMP. Campinas/SP. 162 f. 2016 (dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico).

RAMOS, Pedro. **Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canvieira do Estado de São Paulo (1930-1982)**. 258 f FGV/EAESP. 1983 (dissertação de mestrado em administração de empresas).

ROFMAN, Alejandro. **Desigualdades regionales y concentración económica: el caso Argentino**. Buenos Aires: Ediciones Siap, 1974. 150 p.

SALDANHA, Alberto & LESSA, Golbery. (org). A **Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Museu do Açúcar; 1970.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. **A reestruturação do território da região fumageira**. PPGe/UFRN. 230 f. 2014. (dissertação de mestrado em geografia).

SHIKIDA, Pery Francisco Assis & BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução da Agroindústria Canvieira Brasileira de 1975 a 1995**. Rio de Janeiro: RBE. N° 53. Vol 1. Pag 69-89. JAN.MAR, 1999.

SORMANI, H. Formación social y formación espacial: **hacia una dialéctica de los asentamientos humanos**. Estudios Sociales Centro Americanos, Costa Rica. N° 6, p. 147-173, 1977.

STEIN, Stein. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O planejamento da agroindústria canvieira do Brasil: 1930/1975**. São Paulo: HUCITEC, Universidade Estadual de Campinas, 1979.

VASCONCELOS, Nadson Alexandre Júnior. **Organização espacial da Bacia Leiteira no Semiárido de Alagoas**. IGEDEMA/UFAL. 228 f. 2017 (dissertação de mestrado em geografia).